

VERDUM, Ricardo; DE PAULA, Luís Roberto (org.).
Antropologia da política indígena - Experiências e
dinâmicas de participação e protagonismo indígena
em processos eleitorais municipais (Brasil - América
Latina). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de
Antropologia, 2020.

Sociedade junto ao Estado: política indígena, voto e eleições

Society with the state: indigenous politics, voting and elections

Marcos Pereira Rufino

Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

O livro explora a ampla gama de situações enfrentadas pelos indígenas do Brasil, da Colômbia, do Peru, da Argentina, do México e do Equador na tentativa de penetrar as estruturas políticas de representação não indígenas - especialmente os processos eleitorais no âmbito municipal. A grande maioria dos trabalhos são de natureza etnográfica e alguns outros se apoiam na análise estatística de dados eleitorais e no diálogo com as teorias do voto e processos eleitorais. Ao longo da obra, os vários autores elencam os principais obstáculos e dificuldades que devem ser superados por essa forma de política indígena, exploram o diálogo com uma incipiente antropologia voltada ao estudo do voto, das eleições e dos partidos políticos e, por fim, destacam a importância de uma perspectiva multidisciplinar no estudo do fenômeno.

Palavras-chave: Protagonismo indígena, Candidaturas indígenas, Eleições, Processo eleitoral, Antropologia política.

Recebido em 13 de dezembro de 2022.
Aceito em 18 de janeiro de 2023.



ABSTRACT

The book explores the wide range of situations faced by indigenous peoples in Brazil, Colombia, Peru, Argentina, Mexico, and Ecuador as they attempt to penetrate non-indigenous political representation structures, particularly municipal-level electoral processes. The majority of the chapters results from ethnographic research, and some others rely on statistical analysis of election data and dialogue with theories of voting and electoral processes. Throughout the work, the various authors list the main obstacles and difficulties that must be overcome for this form of indigenous politics, explore dialogue with an emerging anthropology focused on the study of voting, elections, and political parties, and finally highlight the importance of a multidisciplinary perspective in studying the phenomenon.

Keywords: Indigenous protagonism, Indigenous candidacies, Elections, Electoral process, Political anthropology.

A ação política indígena diante do Estado e outras instituições tem recebido a atenção da antropologia brasileira e latino-americana há ao menos cinco décadas. Essa atenção, num primeiro momento, concentrou-se na reação dessas populações diante das políticas indigenistas oficiais de seus países, bem como em relação às frentes econômicas de expansão que adentravam seus territórios. Indigenistas, sertanistas, antropólogos e organizações de apoio à causa indígena ocupavam posições de destaque nessas análises, eventualmente dividindo o espaço com lideranças indígenas de um povo ou outro. A partir da década de 1980, sobretudo no Brasil, diversas pesquisas dirigem seu olhar à constituição do movimento indígena, cujo resultado mais flagrante tem sido a construção de organizações indígenas dispostas em um amplo leque de variações – estruturadas em níveis locais, regionais ou nacionais; representando grupos inteiros ou segmentos específicos, como professores ou mulheres; estruturadas para a defesa dos direitos da comunidade ou para a gestão de projetos específicos, e assim por diante. Os primeiros anos desse movimento indígena organizado ainda guardava um espaço mais do que relevante aos “amigos da causa indígena”, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que organizou as primeiras assembleias indígenas nos anos 1970, por meio da aproximação de lideranças dos grupos com os quais atuavam na região Centro-Oeste do Brasil (MATOS, 1997). Após a promulgação da Constituição de 1988, o protagonismo indígena cresce a passos largos, lançando os aliados da causa indígena ao segundo plano. Esse movimento indígena conduzido por agentes políticos nativos revela um novo quadro social cujo centro é deslocado

da política indigenista ou de um indigenismo impulsionado por forças aliadas para uma política propriamente indígena (RUFINO, 2022).

A ação política indígena em defesa de seus interesses ganha outra dimensão que, todavia, extrapola os limites da atuação de suas organizações. Ela passa a fitar as instituições republicanas dos não indígenas, procurando participar diretamente das políticas públicas que afetam os destinos e o cotidiano de seus povos. Dentre as esferas institucionais do poder republicano nos países latino-americanos, as casas legislativas municipais têm sido um objeto de atenção e investimento especial por parte desses grupos, de suas lideranças e organizações.

Neste volume, organizado por Ricardo Verdum e Luís Roberto de Paula, pesquisadores do Brasil, da Colômbia, do Peru, da Argentina, do México e do Equador discutem alguns casos dessa forma de atuação política indígena nos processos eleitorais municipais, revelando experiências ilustrativas de uma nova modalidade de luta política e organização supragrupal. Há um claro predomínio de pesquisas voltadas ao contexto brasileiro, que ocupam toda a primeira parte do livro (são 13 capítulos na primeira parte e 6 na segunda, dedicada às experiências de outros países). Nos limitaremos, por razões de espaço, a apenas alguns desses trabalhos, na esperança de destacar a natureza da obra.

Começamos pelo artigo de Luís Roberto de Paula, um dos organizadores do volume, que dá o tom dessa abordagem particular da participação indígena nos processos eleitorais. De Paula, em “A participação indígena em eleições municipais no Brasil (1976 a 2016): uma sistematização quantitativa preliminar e alguns problemas de investigação”, levanta a primeira grande questão que colocamos ao depararmos com um trabalho antropológico sobre processos eleitorais: o que a antropologia tem a oferecer acerca de um tema já tão explorado pela ciência política, além de explorar o mero fato de se tratar de uma relação entre os povos indígenas e o Estado nacional? A pergunta é respondida por intermédio de Moacir Palmeira e Márcio Goldman (1996) que, em um trabalho seminal, sugerem retirar a eleição do cerne da análise e pensar as tramas mais amplas que se escondem sob as relações entre voto e representação política, esforço que mobiliza necessariamente a prática etnográfica e a reflexão sobre a vida cultural dos grupos, o que costumeiramente foge ao olhar da análise política convencional. De Paula, ao discutir os 583 mandatos indígenas municipais entre 1976 e 2016, sugere que o caso particular dos povos indígenas exige um aporte multidisciplinar e conexões entre as metodologias qualitativas e quantitativas.

Num livro voltado à presença indígena nos processos eleitorais municipais não poderiam faltar análises sobre o município de maior presença indígena do país, São Gabriel da Cachoeira (AM), no noroeste amazônico. São dois os artigos dedicados à cidade, que reúne 26 grupos

étnicos distintos e se sobrepõe a sete terras indígenas (TIs) demarcadas: o primeiro é de Aline Fonseca Iubel, “Políticas e(m) terra indígena: eleições em São Gabriel da Cachoeira”; o segundo é de Franklin Paulo Eduardo da Silva e Valkíria Apolinário, “Política indígena na política não indígena: experiências de participação e protagonismo indígena nos processos eleitorais de São Gabriel da Cachoeira”. O primeiro texto explora a complexidade da ação política dos agentes, sustentada por um quadro de grande diversidade étnica em diversos pleitos eleitorais no século XXI, revelando o movimento ascendente da atuação indígena na política partidária. O segundo, de autoria de indígenas baniwas, faz uma interessante radiografia das vitórias indígenas no município de São Gabriel (não apenas no Legislativo, mas também na prefeitura e em suas secretarias), mostrando o impacto dessa atuação política nos municípios vizinhos. Indígenas baniwas, Franklin e Valkíria são eles mesmos protagonistas de uma estratégia política que almeja alcançar a Assembleia Legislativa do estado e o Congresso Nacional.

Destaco ainda dois capítulos da seção “brasileira” da obra que trazem questões conceituais relevantes acerca da participação indígena nos processos eleitorais. “A participação dos Tenetehara nas eleições de 2018”, de Florbela Almeida Ribeiro, traz para o centro da discussão o problema da representação política, ao analisar o comportamento de eleitores Tenetehara de duas TIs no Maranhão no contexto das disputas locais, mas também diante da candidatura de Sônia Guajajara, outra indígena maranhense, à vice-presidência da República, em uma conjuntura tecnopolítica de forte presença das redes sociais nas comunidades indígenas. “Política indígena e ‘política dos brancos’: o protagonismo dos Potiguara nos processos eleitorais na cidade de Baía Traição (PB)”, de José Glebson Vieira, investiga a maneira como os Potiguara constituem categorias culturais próprias para pensar a política e, por meio delas, produzem uma classificação das relações que distingue, no contexto local, a “política dos brancos”, materializada na política partidária, da “política indígena”, expressa na política indigenista.

Limito-me a dois dos capítulos que tratam da participação indígena em processos eleitorais fora do Brasil. Oscar Espinosa, em “*Participación electoral indígena en la Amazonía peruana*”, traz um estudo de caso um tanto surpreendente: apesar de sua importância sociocultural, econômica e demográfica, membros da população indígena peruana ingressam na política eleitoral, na condição de eleitores e candidatos, apenas no início da década de 1980. O capítulo reúne informações importantes sobre os vários pleitos ocorridos de 1980 até 2018, como os trechos sobre os muitos obstáculos à participação indígena no processo eleitoral, a criação do Movimento Indígena de la Amazonía Peruana e a participação de candidatos indígenas em partidos políticos não indígenas. Em “*Gobierno local en territorio indígena: Conflictos y territorialidades en disputa en el caso de Pastaza, Amazonía Central de Ecuador*”,

Pablo Ortiz-T. nos apresenta um cenário muito conhecido por quem estuda a implementação de projetos de desenvolvimento econômico que afetam populações indígenas no Brasil, marcado por uma perspectiva econômica desenvolvimentista, produtivista e etnocêntrica. O autor discute a complexa relação das comunidades indígenas com os temas da governança territorial, do planejamento, da gestão pública, bem como os conflitos oriundos dessa relação, com atenção especial para a ação política dos Kichwa contra a aliança entre o Estado equatoriano e a indústria de extração de petróleo. Nessa luta por fazer valer seu modelo de planejamento territorial, os indígenas pleiteiam uma reestruturação do sistema político local e o direito a uma forma de autogestão integrada à administração do Estado nacional.

A diversidade das pesquisas reunidas neste livro revela a importância crescente do tema para quem observa as transformações do protagonismo indígena e a pressão que a ação desses povos impõe sobre a política indigenista e sobre as instituições republicanas que respondem por nosso sistema de representação. Como salienta de Paula, é urgente o fortalecimento dessa agenda de pesquisa, que ainda vive seus primeiros momentos. Temas como a difícil apropriação nativa de nosso sistema eleitoral ou a resistência dos partidos a lidar com a diversidade indígena merecem maior atenção dos antropólogos. Em um contexto social de grande resistência política dos povos indígenas diante dos ataques e do anti-indigenismo característico do governo Bolsonaro, a publicação deste livro salienta, muito apropriadamente, a importância de consolidar e recrudescer esse “novo” canal de atuação das lideranças e organizações indígenas. Mesmo que este governo tenha chegado ao fim, tendo sido superado por forças políticas minimamente solidárias ou sensíveis à causa indígena, esta obra nos ensina que os desafios enfrentados pelo protagonismo indígena nos processos eleitorais ou na condução de mandatos parlamentares é uma das últimas fronteiras na luta pelos direitos indígenas. E que a sua análise, por parte das investigações que exploram o tema de maneira ainda incipiente, é crucial para que possamos entender a complexidade e a diversidade das formas de política indígena no presente.

REFERÊNCIAS

1. MATOS, Maria Helena Ortolan. **O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970-1980)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1997.
2. PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (org.). **Antropologia, voto e representação**

política. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

3. RUFINO, Marcos Pereira. Protagonismo, direitos e política indigenista no Brasil contemporâneo. *In*: MACHADO, André; MACEDO, Valéria. **Povos indígenas entre olhares**. São Paulo: Editora da Unifesp: Editora do Sesc, 2022. p. 45-76.
4. VERDUM, Ricardo; DE PAULA, Luís Roberto (org.). **Antropologia da política indígena** - Experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais (Brasil - América Latina). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2020.

Marcos Pereira Rufino

Professor na Universidade Federal de São Paulo. Doutorado em Ciências - Antropologia Social (2002) pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0364-5037>.
E-mail: mrufino@unifesp.br